



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA SEXAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA
DO SEGUNDO PERÍODO DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No sexto dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência do vereador Zeca Pirão. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, assumiu a presidência da Mesa o vereador Pablo Farah. Subiu então à tribuna o vereador Zeca Pirão e sugeriu a seus pares que destinassem parte dos recursos advindos do orçamento impositivo para a construção de um centro público de diagnósticos. Ao montante assim obtido juntar-se-iam verbas provenientes da Prefeitura Municipal de Belém – PMB e do governo estadual para a consecução do empreendimento, sendo que o governador Hélder Barbalho já manifestara apoio à iniciativa, informou. Sobrelevou a importância de um centro público de diagnósticos em nossa capital, afirmando que muitas pessoas morrem por não ter acesso a exames e assim não realizarem o tratamento adequado. Disse que falaria novamente com o prefeito, com o governador e com os demais vereadores para encaminhar essa proposta. Fez referência depois à reforma realizada no prédio anexo à sede da CMB, um imóvel com uma área de setecentos metros quadrados dividida em oito salas para atendimento médico - sendo duas destinadas a tratamento odontológico - e catorze salas para as comissões da Casa. Tudo foi feito para atender melhor as pessoas que necessitam e permitir aos vereadores receber com dignidade o público, expressou. Na reestruturação, foram utilizados materiais de primeira qualidade e técnicas modernas de edificação, investindo-se também em segurança, assegurou. O espaço estava sendo mobiliado, declarou, convidando os demais parlamentares a visitá-lo. Reportou em seguida ter visitado o município de Salvaterra, no último final de semana, e testemunhado uma situação de terrível pobreza, com muitas pessoas passando fome. Avaliou que o mesmo deve ocorrer em todo o Pará e, como não pode resolver os problemas enfrentados por todos, tenta ajudar as pessoas de sua cidade. Agradeceu a Deus por dar-lhe a oportunidade de agir em benefício da população, revelando que neste final de ano, com a ajuda de seus assessores e mesmo de alguns funcionários desta Casa, poderiam fornecer cestas básicas a mil e duzentas famílias e brinquedos para cinco mil crianças no Natal. Outros vereadores também estavam agindo nesse sentido, aditou, estimando que cerca de cinquenta mil crianças fossem contempladas com presentes neste final de ano apenas com a iniciativa dos membros deste parlamento. Divulgou tentar ajudar, todos os meses, cento e cinquenta famílias em Belém doando cestas básicas, reconhecendo ser isso muito pouco. Findo este pronunciamento, o vereador Zeca Pirão reassumiu a presidência da Mesa. Pablo Farah agradeceu a Deus por termos o Sistema Único de Saúde – SUS para atender a população, comparando que em outros países, como os EUA, as pessoas devem custear as despesas médicas com seus próprios recursos, não obtendo muitas vezes atendimento. No pico da pandemia, muitos clientes de planos de saúde foram atendidos pelo SUS, recordou. Parabenizou o vereador Zeca Pirão por seu empenho em prol da população mais carente, declarando seu apoio à proposta de destinar parte dos recursos do orçamento impositivo para a construção de um centro público de diagnósticos. Reconheceu ser difícil e demorado conseguir realizar exames no sistema público de saúde. Lamentou depois o retorno de nosso país ao mapa da fome, com cerca de vinte milhões de brasileiros em situação de carência alimentar, vivendo em extrema vulnerabilidade. Opinou que os vereadores devem fazer suas ações sociais, como também fazia, atuando para minorar a penúria, mas não deviam alardear isso em suas redes sociais. Anunciou que participaria de um evento promovido pelo governo estadual, com a participação da PMB, na Feira da 25, neste dia, a partir das dez horas, com a entrega de novos equipamentos aos feirantes. Repudiou posteriormente a atitude negacionista das pessoas que se recusam a tomar a vacina contra a covid-19, avaliando que a vacinação permitiu a retomada da economia. As pessoas não vacinadas estavam adoecendo, transmitindo a doença e colocando em risco o esforço de recuperação empreendido pela ampla maioria da sociedade, ponderou. Josias Higino agradeceu a participação das pessoas na sessão

especial, realizada neste Salão Plenário no último dia 29 de novembro, sobre a conscientização em relação à doação de sangue, julgando-a muito produtiva. Estiveram presentes o presidente da Fundação Hemopa, Paulo Bezerra, e vários técnicos do órgão, sendo coletadas setenta bolsas de sangue nas dependências da CMB, comunicou. Também participaram os vereadores Lulu das Comunidades e Matheus Cavalcante, representando, em verdade, todos os membros deste Poder, pois todos compartilham a intenção de ajudar o próximo, complementou. Deixou seu repúdio à atuação ineficiente da Equatorial Energia Pará, concessionária de energia elétrica, explicando que o ponto de energia deveria ser ligado de manhã cedo para permitir o início da coleta de sangue às oito horas, mas a equipe da empresa chegou a esta Casa às nove horas e quarenta minutos, o que fez muitas pessoas desistirem de fazer a doação. Acusou a Equatorial Energia Pará de preocupar-se apenas com o lucro, pois, agindo de forma irresponsável, demonstrou não ter interesse em salvar vidas. Apesar dessa falta, setenta bolsas de sangue foram obtidas, para a alegria dos funcionários do Hemopa, e contribuiriam para aumentar o estoque no final do ano, festejou. Agradeceu aos servidores da CMB, em particular à funcionária Yully, lotada na Diretoria Legislativa desta Casa, a dedicação e o empenho que permitiram a realização da sessão. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Assumiu então a presidência da Mesa o vereador Augusto Santos. Pela liderança do PL, Pablo Farah estimou que o réveillon e o carnaval de Belém estivessem na iminência de ser cancelados devido à possibilidade de expansão dos casos de covid-19. Considerou acertadas as medidas tomadas pelo governo estadual de incentivo à vacinação, estabelecendo a obrigatoriedade do passaporte vacinal em *shows*, casas noturnas e boates, eventos esportivos amadores e profissionais, além de reuniões, eventos e festas realizados em espaços públicos ou privados. Criticou alguns deputados estaduais paraenses por posicionarem-se contrariamente a essas determinações em nome do direito individual de ir e vir, observando que o direito coletivo sobrepõe-se ao individual e a saúde pública tem prioridade em relação a outras áreas, não sendo correto desprezar a ciência por disputas políticas. Sem a vacinação, continuou, tornar-se-á mais difícil a retomada plena da economia, com o fim das medidas restritivas, por isso é essencial convencer as pessoas a tomar a vacina. O advento da variante ômicron, muito mais contagiosa, fez aumentar a preocupação com os não vacinados, apontou, comentando ter havido um recrudescimento da pandemia nos municípios com baixos índices de vacinação. Pela liderança do PSOL, Fernando Carneiro repercutiu notícia divulgada no final de semana anterior informando que o Pará poderia perder quatrocentas mil doses da vacina contra a covid-19 porque um milhão de pessoas deixou de tomar a segunda dose da vacina. Externou concordar com as medidas adotadas pelo governador Hélder Barbalho, pois nenhum direito individual sobrepõe-se ao direito coletivo de saúde pública. Disse não entender o que leva as pessoas a não se vacinar ou a não tomar a segunda dose do imunizante, mas relatou ter ouvido boatos de que quem toma a dose recebe um *chip* fazendo com que o corpo receba sinais de *wi fi* e *Bluetooth*. Tal fato não é engraçado, advertiu, é trágico, pois existe uma campanha orquestrada para as pessoas não se vacinarem. Julgou necessária a exigência do passaporte vacinal para participação em eventos públicos em nosso estado, sendo crucial pressionar a Presidência da República a exigir o passaporte vacinal àqueles que entram nos aeroportos brasileiros. Pediu à Comissão Executiva desta Casa que solicitasse à Secretaria de Estado de Saúde do Pará – Sespa e à Secretaria Municipal de Saúde – Sesma informações sobre os índices de vacinação contra covid-129. Belém teria em torno de 65% de sua população vacinada com as duas doses, mas os municípios vizinhos apresentavam índices menores, supôs. Propôs às secretarias de saúde do estado e do município que dispusessem postos volantes de vacinação para evitar a perda das vacinas ou até fizessem visitas domiciliares para realizar a imunização. Lamentou que as pessoas estivessem sendo inoculadas com o vírus da ignorância e passassem a acreditar que as vacinas fazem mal. O cartão vacinal existe há muito tempo no Brasil e todos sempre tiveram que comprovar a vacinação contra várias doenças, não havendo novidade em relação à covid-19, lembrou. Citou estudo da Organização Mundial de Saúde – OMS mostrando que 90% das pessoas que estavam morrendo devido à pandemia não haviam se vacinado. Pela liderança do PT, Bia Caminha discorreu sobre sua presença no Encontro Nacional da Coalizão Negra por Direitos, com o tema “Enquanto houver racismo não haverá democracia”, ocorrido em Olinda – PE no início deste mês de dezembro. O evento teve a participação de lideranças e parlamentares negros de todo o país e discutiu o que o movimento negro quer para o Brasil no ano vindouro, reafirmando a importância da atuação popular para a democracia, com a existência de homens e mulheres negras e pessoas LGBT nos espaços de poder, explicitou. Denunciou depois a liberação pelo governo federal de uma área - onde vivem vinte e três etnias diferentes - para a instalação de garimpos ilegais na Amazônia, na fronteira entre Brasil, Venezuela e Colômbia. Chamou a atenção para os efeitos devastadores da atividade de garimpo na região amazônica, com a destruição da natureza e o assassinato de indígenas. Imputou ao governo de Jair Bolsonaro a promoção do caos na Amazônia e o genocídio dos povos originários da floresta. Salientou, em seguida, a relevância do passaporte vacinal, argumentando que a vacina é um pacto pela vida da maioria da sociedade. Tal pacto coletivo não deu certo quando o

processo de vacinação foi prejudicado pelos interesses capitalistas, fazendo com que novas variantes surgissem em regiões com baixos índices de imunização, como ocorreu no continente africano, ajuizou. Para vencer a pandemia, estipulou, é preciso assumir esse pacto pela vida e compreender que esse é um problema global. Declarou seu apoio ao decreto estadual estabelecendo medidas para estimular a vacinação, considerando-o muito avançado. Há vacinas nos postos de saúde e todos podem receber a imunização, apesar de não haver mais um calendário de vacinação por idade, indicou. Pela liderança do bloco DEM – Patriota – Cidadania, Josias Higino comentou sobre o Parque Ecológico Municipal Gunnar Vingren, que completou 30 anos no mês anterior e tem uma área de cento e quinze campos de futebol, havendo ali muitos animais. Inteirou que o parque estava totalmente abandonado, sofrendo roubos e depredações. Pediu às lideranças do Governo nesta Casa que conversassem com o secretário municipal de Meio Ambiente, Sérgio Brazão e Silva, para que providências fossem tomadas, como a realização de limpeza e obras de preservação. Em aparte, manifestou-se o vereador Moa Moraes. Pela liderança da Oposição, Matheus Cavalcante discursou sobre liberdade e responsabilidade arrazoando que a liberdade individual não pode ser dissociada da responsabilidade social. Em uma pandemia, a liberdade individual pode ser limitada e a vacinação pode tornar-se obrigatória com a imposição do passaporte vacinal, alegou. A eficiência das vacinas é um fato, não havendo comprovação de que os efeitos deletérios superem os benefícios da vacinação, atestou. Sendo assim, é imperativo que as pessoas sejam imunizadas, que a vacinação seja estimulada e obrigações e restrições aos não vacinados sejam criadas, reputou. Apoiou as medidas restritivas adotadas pelo governo estadual em apoio à vacinação, exigindo o passaporte vacinal para a presença das pessoas em eventos e espaços públicos. Observou depois estar ainda em vigor o decreto colocando Belém em estado de calamidade pública, opinando ser incoerente a autorização da PMB para a ocorrência do carnaval. Concebeu ser impossível um carnaval com distanciamento social, pois é tradicionalmente uma festa de rua em que as pessoas entram em contato direto umas com as outras e usualmente consomem bebidas alcoólicas. Referiu que, pelas informações obtidas nas redes sociais oficiais da PMB, o carnaval, por ora, estava cancelado. Achou positiva tal determinação, pois como ainda não se tinha noção da evolução da pandemia nos meses iniciais do ano vindouro, cabia agir com cautela. Aludiu em seguida à falta de pagamento regular dos médicos pela gestão municipal, o que vinha ocorrendo em várias unidades municipais de saúde. Na Unidade de Pronto Atendimento do Jurunas, atrasos no pagamento dos salários dos médicos, enfermeiros e demais profissionais de saúde ocorriam desde o mês de setembro anterior, exemplificou, e isso se dava porque a PMB não repassara o dinheiro à Organização Social de Saúde que a administra. Pela liderança do bloco PP – Podemos – Pros, Roni Gás assumiu ser de suma importância a criação de um centro público de diagnósticos, causa defendida pelo presidente da CMB, vereador Zeca Pirão. Desaprovou a gestão do secretário municipal de Saúde, Maurício Bezerra, afirmando que os problemas apontados desde o início do ano nas unidades de saúde de Belém não foram resolvidos. Externou depois sua insatisfação com a Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém – Semob por não atender à solicitação, feita havia onze meses, de instalação de dois semáforos na Avenida Independência. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente Augusto Santos pediu aos demais vereadores que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foi feita então a leitura da matéria constante em pauta nesta parte da sessão e o vereador Moa Moraes pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura e do interstício ao projeto correspondente. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Em seguida, fez-se a leitura da convocação do presidente da CMB, vereador Zeca Pirão, aos demais parlamentares para que se reunissem em sessões extraordinárias, em regime de tantas sessões quantas fossem necessárias, a partir do dia 07 de dezembro de 2021, a partir das doze horas, neste Salão Plenário, para discutir e votar o projeto de lei de autoria do Executivo Municipal que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025 (PPA 2022-2025), constante no Processo nº 1632/2021. Posteriormente, foram colocadas em votação e aprovadas por unanimidade as atas das sessões ordinárias 48ª, 49ª, 50ª, 51ª e 52ª e a ata da 8ª sessão extraordinária, sendo todas do 2º Período da 1ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Fez-se depois a leitura e votação do requerimento da vereadora Dona Neves solicitando cinco dias de licença particular, no período de 06 a 10 de dezembro corrente, sendo este aprovado por unanimidade. Retomou-se a seguir a votação do requerimento do vereador Emerson Sampaio solicitando a realização de uma sessão especial para debater a falta de saneamento básico no município de Belém. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, de forma simbólica. Justificou seu voto o vereador Emerson Sampaio. Passou-se depois à leitura do requerimento do vereador Fernando Carneiro solicitando a realização de uma sessão especial para debater o impacto da conta de energia elétrica sobre a população de nossa capital. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, de forma simbólica. Justificou seu voto o vereador Fernando Carneiro. Fez-se posteriormente a leitura do requerimento do vereador Miguel Rodrigues solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal Diário do Pará, edição do dia

24/11/2021, intitulada "Estado prepara concursos com 1400 vagas". Fez o encaminhamento o vereador Miguel Rodrigues. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, de forma simbólica. Procedeu-se a seguir à leitura do requerimento da vereadora Lívia Duarte solicitando a realização de uma sessão especial pela Semana de Combate à Violência contra a Mulher. Fizeram encaminhamentos a vereadora Lívia Duarte e o vereador Fernando Carneiro. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, de forma simbólica. Em seguida, o presidente Augusto Santos encerrou a sessão, às dez horas e trinta minutos, convocando os vereadores para reunião do Colégio de Líderes. Estavam licenciados os vereadores Altair Brandão e Dona Neves. Justificaram suas ausências os vereadores Bieco, Fabrício Gama, Gleisson Silva, Goleiro Vinícius e Renan Normando. Estiveram presentes os vereadores: Matheus Cavalcante, Josias Higino e Pastora Salete, pelo bloco DEM – Patriota – Cidadania; Emerson Sampaio, Roni Gás, Miguel Rodrigues e Túlio Neves, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Blenda Quaresma, John Wayne, Neném Albuquerque e Zeca Pirão, pelo MDB; Juá Belém e Augusto Santos, pela bancada do Republicanos; Lívia Duarte, Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pelo PSOL; Pablo Farah, pelo PL; Fábio Souza, pelo PSB; Mauro Freitas e Moa Moraes, pelo PSDB; Amaury da APPD e Bia Caminha, pelo PT; Allan Pombo, pelo PDT; José Dinelly, pelo PSC; João Coelho, pelo PTB; Lulu das Comunidades, pelo PTC; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Zeca do Barreiro, pelo Avante. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 06 de dezembro de 2021.



1ª Secretária



Presidente



2º Secretário